



AFLUENTE: REVISTA DE
LETRAS E LINGUÍSTICA
ISSN 2525-3441

REVISTA AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGUÍSTICA

V. 7, N.21, P.32-58

DOI: 10.18764/2525-3441V7N21.2022.17

MODALIZAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO: A MODALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ARGUMENTATIVO NO GÊNERO EDITORIAL

*MODALIZATION AND ARGUMENTATION: MODALIZATION AS A STRATEGY FOR THE
CONSTRUCTION OF ARGUMENTATIVE DISCOURSE IN THE EDITORIAL GENRE*

Deymika de Carvalho Florêncio

<http://orcid.org/0000-0003-4323-0490>

Paulo da Silva Lima

<http://orcid.org/0000-0003-2083-9236>

Resumo: Buscando saber de que forma o uso de modalização contribui para a construção do discurso argumentativo no gênero editorial, neste artigo, objetivamos analisar o uso de modalizações lógicas, deônticas e apreciativas no discurso argumentativo de editorial, à luz da Análise do Discurso, do Interacionismo Sociodiscursivo e do estudo da Argumentação. Para tanto, fundamentamo-nos nas noções de Argumentação, com os estudos de Amossy (2011), Charaudeau (2016) e Fiorin (2016); nas compreensões sobre o gênero editorial de Arbex Jr. (1992), Koche, Boff e Marinello (2014) e Pereira e Rocha (2006) e nas formulações sobre modalização de Coracini (1991) e Bronckart (2007). Como corpus, recorreremos ao editorial Justiça Conveniente do jornal Folha de S. Paulo, publicado em 13 de julho de 2020. Quanto à abordagem metodológica, recorreremos à pesquisa bibliográfica e ao método de análise interpretativista, numa abordagem qualitativa. Como resultados, constatamos o uso de modalizações lógicas, deônticas e apreciativas, que, em princípio, expressam a subjetividade do sujeito-enunciador, mas também podem criar efeito de objetividade. Com elas, aquele que argumenta avalia, aprecia, critica, evidencia, explica, constata, contradiz fatos, se aproxima ou se afasta de enunciados, defende, sugere e impõe pensamentos. Assim, as modalizações mostram-se como verdadeiras estratégias argumentativas, ajudando na construção do discurso argumentativo de editorial, uma vez que por meio delas o sujeito-enunciador se insere dentro do enunciado, de forma mais ou menos acentuada, para defender sua posição, seus interesses, de forma a persuadir o sujeito-enunciatário.

Palavras-chave: Argumentação; Discurso argumentativo; Gênero editorial; Modalização.

Abstract: Seeking to know how the use of modalization contributes to the construction of argumentative discourse in the editorial genre, in this article, we aim to analyze the use of logical, deontic, and appreciative modalizations in the argumentative discourse of editorial, in the light of Discourse Analysis, Sociodiscursive Interactionism and the study of Argumentation. Therefore, we are based on the notions of Argumentation, with the studies of Amossy (2011), Charaudeau (2016), and Fiorin (2016); in the understandings about the editorial genre of Arbex Jr. (1992), Koche, Boff, and Marinello (2014), Pereira and Rocha (2006), and in the formulations about modalization of Coracini (1991) and Bronckart (2007). As a corpus, we use the editorial Justiça Conveniente from the newspaper Folha de S. Paulo, published on July 13, 2020. As for the methodological approach, we were sorted to bibliographic research and the method of interpretive analysis, in a qualitative approach. As result, we observed the use of logical, deontic, and appreciative modalizations, which, in principle, express the subjectivity of the subject-enunciator, but can also create an objectivity effect. With them, the one who argues evaluates, appreciates, criticizes, evidence, explains, finds, contradicts facts, approaches, or moves away from enunciated, defends, suggests, and imposes thoughts. Thus, the modalizations are shown as true argumentative strategies, helping in the construction of the argumentative discourse of editorial, a time that through them the subject-enunciator is inserted itself in the enunciate, in an accentuated way, to defend its position, its interests, to persuade the subject-enunciator.

Keywords: Argumentation; Argumentative discourse; Gender editorial; Modalization.



INTRODUÇÃO

Partindo, principalmente, das noções de argumentação à luz da Análise do Discurso, podemos compreender que a argumentação, sendo intrínseca à linguagem, constitui-se como uma construção discursiva, linguística e interativa com o fim de persuasão. É resultante de um processo enunciativo que envolve o sujeito-enunciador que argumenta, o sujeito-enunciatário para quem se argumenta e a própria argumentação ou discurso, ou como inserem os estudiosos da Retórica, o éthos do orador, o páthos do auditório e o lógos, o discurso (FIORIN, 2016).

Ao construir a argumentação, aquele que argumenta se utiliza de diferentes procedimentos enunciativos e estratégias linguístico-discursivas para defender sua posição e persuadir a quem se dirige, uma dessas estratégias é o uso de modalização. A modalização é um recurso importante para formação e interpretação de um discurso. O seu estudo vem sendo realizado desde os tempos antigos com os estudos da lógica e se funda em diferentes hipóteses como a sintática, a semântica e a pragmática. Atualmente, é tratada em diversas correntes como a Linguística Enunciativa, a Linguística Textual, a Análise do Discurso e o Interacionismo Sociodiscursivo. Neste artigo, tomamos as noções de modalização a partir da Análise do Discurso e da perspectiva textual do Interacionismo Sociodiscursivo, com os estudos de Coracini (1991) e Bronckart (2007) respectivamente, que assumem uma postura pragmática-enunciativa.

O editorial é um gênero predominantemente argumentativo e tem por objetivo expressar o ponto de vista de um jornal ou revista acerca de temas atuais polêmicos. As modalizações nesse gênero, são habituais, uma vez que por meio delas o editorialista pode se posicionar de forma menos ou mais acentuada, defender os interesses de seu veículo e persuadir o público leitor. Em vista dessas colocações, neste artigo, partimos da seguinte questão: de que forma o uso de modalização contribui para a construção do discurso argumentativo no gênero editorial?

Em busca de respostas para tal pergunta, temos como objetivo analisar o uso de modalizações lógicas, deônticas e apreciativas no discurso argumentativo de editorial. Nesse sentido,

visamos identificar as modalizações presentes no editorial a ser analisado e saber que funções e sentidos produzem, de modo a associá-las com a situação discursiva-enunciativa na qual se inserem; e propomo-nos, ainda, interpretar o uso de modalização como estratégia para a construção do discurso argumentativo do gênero editorial.



Para realizar esta investigação, buscamos, primeiramente, conceituar Argumentação, saber como o discurso argumentativo se constitui, principalmente, a partir de noções de argumentação na perspectiva da Análise do Discurso, com base em estudos como de Amossy (2011), Charaudeau (2016) e Fiorin (2016). Em segundo lugar, compreender sobre o gênero editorial nos fundamentando nas noções de Arbex Jr. (1992), Koche, Boff e Marinello (2014), Pereira e Rocha (2006), entre outros. E, em terceiro lugar, discutir as noções de modalização e descrever os seus tipos a partir de Coracini (1991) e Bronckart (2007).

Analisar editorial justifica-se, primeiramente, por ser um gênero em que a argumentação é predominante, tendo por finalidade persuadir, o que atende nosso propósito: analisar o uso de modalização em discurso argumentativo. E, em segundo lugar, por ser um gênero que circula em nosso dia a dia como um importante meio de comunicação e informação.

Para esta análise, selecionamos o editorial Justiça Conveniente do Jornal Folha de S. Paulo, publicado em 13 de Julho de 2020, disponível em forma digital na sessão opinião do site do jornal. O motivo da escolha do Jornal Folha de S. Paulo deu-se por ele ser um dos jornais brasileiros de maior circulação no país, sendo muito atuante na indústria das comunicações, e, portanto, sendo importante para sociedade brasileira. Já a escolha do texto, deu-se apenas pelo critério de atualidade. Quanto à abordagem metodológica, recorreremos à pesquisa bibliográfica e ao método de análise interpretativista, numa abordagem qualitativa.

Desse modo, entendemos que esta investigação é importante na medida em que busca olhar como a modalização funciona dentro do discurso argumentativo, fundamentando-se na Análise do Discurso e na perspectiva textual do Interacionismo Sociodiscursivo, estabelecendo ainda uma interface com o estudo da Argumentação, também numa linha discursiva. Isso é desafiante, uma vez que a maioria das



pesquisas existentes analisam a modalização apenas em uma vertente teórica.

ARGUMENTAÇÃO

Para pensarmos em modalizações como estratégias argumentativas de editoriais, se faz necessário antes que dediquemos algumas palavras sobre as noções de argumentação e sobre o gênero editorial, que é tido como predominantemente argumentativo. Começemos pelas noções de argumentação.

Partindo do conceito de argumentação à luz dos estudos do discurso, entendemos que a argumentação, sendo intrínseca à linguagem humana, é uma construção discursiva, linguística e interativa, com o finco de persuasão. Ela envolve sempre três elementos, o sujeito-enunciador que argumenta, o sujeito-enunciatário para quem se argumenta e a própria argumentação ou discurso, como veremos daqui por diante.

Fiorin (2016, p. 69), destacando os fatores da argumentação em sua obra, afirma que argumentos “são proposições destinadas a fazer admitir uma dada tese” e, portanto, argumentar é “construir um discurso que tem a finalidade de persuadir”. O autor coloca que, igualmente a qualquer discurso, o argumento é um enunciado que resulta, pois, de um processo de enunciação, em que se insere três elementos: o enunciador, o enunciatário e o discurso, ou como dizem os estudiosos da retórica: o orador, o auditório e a própria argumentação que vem a ser o discurso. Esses três elementos formam o ato persuasório. Defendo a retomada da Retórica de Aristóteles para o estudo da argumentação nas teorias do discurso, Fiorin (2016) destaca que na Retórica, o éthos do orador, o páthos do auditório e o lógos, o discurso, formam a persuasão, e o orador e o auditório são papéis determinados pela sociedade, em que sua imagem é construída no discurso. Para ele, esses três fatores são indispensáveis para se entender o papéis discursivos na construção da argumentação.

Nessa mesma linha tríade da argumentação e de viés discursivo, podemos citar Charaudeau (2016, p. 205), o qual defende que a argumentação é uma atividade discursiva, e se estabelece “numa relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito alvo”. Conforme o autor, para que haja argumentação deve haver uma proposta sobre o mundo

que provoque um questionamento em alguém quanto a sua legitimidade; um sujeito que se engaje em relação a esse questionamento e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade e, um outro sujeito relacionado à proposta, que é a quem o sujeito argumentante se dirige, e visa compartilhar a sua verdade, sabendo que esse outro pode aceitar ou refutar a sua argumentação.



O autor supracitado coloca que, nessa atividade discursiva de argumentar, o argumentante participa de uma dupla busca: uma busca de racionalidade, que tende a um ideal de verdade, uma verdade universal, mas que passa pelo filtro da experiência individual e social do indivíduo e por operações do pensamento, que constroem o universo discursivo de explicação; e uma busca de influência que tende a um ideal de persuasão (persuadir o interlocutor).

Nessa mesma direção de argumentar, como busca de persuasão, que passa pelo filtro da razão, mas também pelo da emoção, Abreu (2001) afirma que argumentar “é arte de convencer e persuadir”. Convencer, para o autor, é saber administrar informações, é falar para razão do outro, demonstrando, provando. E persuadir é saber administrar relações, é falar à emoção do outro. Assim, enfatiza que:

Argumentar é, pois, em última análise, a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das ideias e de, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que nós desejamos que ele faça (ABREU, 2001, p.25).

Nesse sentido, é notório que o processo de argumentar parte de propósitos estabelecidos entre sujeitos, e sua eficácia se dará ao fazer o sujeito alvo aderir a tese proposta, pois como defende Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 54):

A finalidade de toda argumentação, já o dissemos, é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento: uma argumentação eficaz é aquela que consegue aumentar essa intensidade de adesão de forma a desencadear nos auditores a ação que se tem em vista (ação positiva ou abstenção), ou pelo menos criar neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.



Tendo em vista, assim, que no processo de argumentação, há uma relação entre sujeitos, em que há a vontade de persuasão de um sobre outro, podemos entender que a argumentação, além de ser uma construção discursiva, é, logicamente, uma construção de linguagem, como afirma Fiorin (2016), “a argumentação é uma questão de linguagem. Por isso, nela o enunciador trabalha com a pluralidade de sentidos (polissemia), com as ambiguidades. É ela que permite os jogos de palavras, os sofismas”. Além disso, por meio da linguagem, o enunciador argumentante se utiliza de procedimentos que criam efeitos como o de objetividade. A “objetividade é um efeito de sentido construído pela linguagem. Para isso, quem escreve, se vale de diferentes procedimentos. Um deles é não projetar o eu que relata, no interior do texto. Dessa forma, parece que os fatos se narram a si mesmos” (FIORIN, 2016, p. 83).

Amossy (2011) corrobora para esse entendimento, em que vendo o estudo da argumentação como inseparável da análise do discurso, insere que argumentação, nessa perspectiva, pode ser vista e analisada em conjunto na materialidade linguística (sendo formada na língua) e na situação de comunicação concreta:

O discurso argumentativo não se desenrola no espaço abstrato da lógica pura, mas em uma situação de comunicação em que o locutor apresenta seu ponto de vista na língua natural com todos os seus recursos, que compreendem tanto o uso de conectores ou de dêiticos, quanto a pressuposição e o implícito, as marcas de estereotipia, a ambiguidade, a polissemia, a metáfora, a repetição, o ritmo. É na espessura da língua que se forma e se transmite a argumentação, e é através de seu uso que ela se instala: a argumentação, é preciso não esquecer, não é o emprego de um raciocínio que se basta por si só, mas uma troca atual ou virtual - entre dois ou mais parceiros que pretendem influenciar um ao outro (AMOSSY, 2011, 132-133).

Junto a essa condição da língua na argumentação, conforme a autora mencionada, acrescenta-se outra condição constitutiva, “a da interação no meio da qual um locutor leva em conta o alocutário sobre quem quer agir e em proveito de quem ele mobiliza um conjunto de recursos linguísticos e de estratégias discursivas mais ou menos programados” (AMOSSY, 2011, p. 133).

Diante do que foi colocado, vimos que a argumentação é uma construção discursiva, linguística e interativa, em que se realiza na língua, por procedimentos enunciativos e linguístico-discursivos; e que também se realiza numa relação interativa, numa situação de comunicação, que envolve os sujeitos enunciadores. Assim, veremos que argumentação se faz presente no gênero editorial.



GÊNERO EDITORIAL

De antemão, é preciso esclarecermos que somos conscientes que a argumentação é inerente a todo ato de linguagem, a todo texto e a todo discurso, ao passo que o sujeito ao utilizar a língua não visa só transmitir uma informação ou exteriorizar um pensamento, mas também agir sobre o outro, de forma a influenciá-lo ou a transformá-lo. Porém, existem produções de determinados gêneros textuais que o propósito de argumentar, de persuadir, o modo de organização do discurso argumentativo é mais predominante. Um desses gêneros é o editorial.

38

O editorial é um gênero textual que tem por objetivo expressar o ponto de vista de um jornal ou revista em que é publicado, tendo por trás uma série de interesses em jogo. Através desse, o enunciador se posiciona, comenta, analisa e critica temas e acontecimentos atuais, reportagens, entrevistas, notícias, e nele não se assina o nome do redator, já que defende a opinião do jornal ou da revista no qual se insere, por isso, é redigido em terceira pessoa.

Conforme Koche, Boff e Marinello (2014), o editorial trata de assuntos polêmicos presentes na mesma edição ou em números anteriores, e geralmente ocupa um espaço específico no canal de comunicação em que circula. Quem o produz procura produzi-lo seguindo os valores que o veículo defende, e ainda atender os interesses de seu público, como bem diz Pereira e Rocha (2006), “o editorial tem a difícil tarefa de tomar uma posição diante dos fatos do cotidiano, num espaço cheio de contradições, e ainda conciliar os interesses de diferentes leitores”. Isso nos esclarece

que o editorialista além de ter que atender a ideologia do jornal ou da revista, ele precisa avaliar os efeitos que serão causados em seus assinantes.



Para a Folha de São Paulo (2001, p.64), jornal em que retiramos o texto para análise, o editorial é um “texto que expressa a opinião de um jornal”, mas essa é uma definição simplista, porque o editorial reflete não apenas o ponto de vista do jornal, mas também “as opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização”, por tanto há série de interesses em jogo.

O Editorial é o espaço em que se articula um discurso com opiniões daqueles que sustentam o jornal. É o lócus em que são apresentados julgamentos, engajamentos, contradições e reflexões que representam tanto a posição política do jornal frente aos acontecimentos, como o “jogo sutil” utilizado pelo articulista, ao prever que determinada “linha” atende aos interesses em pauta (ARBEX JR. 1992, p. 91-95). Dessa forma, esse gênero reflete a situação de produção, envolvendo a posição do jornal articulado ao jogo de interesses econômicos, sociais e políticos, o que envolve também os leitores, que o jornal almeja que compre suas ideias.

Quanto a sua composição, notamos que o modo de organização argumentativo é predominante, possui a argumentação como essencial. Como já citado, para Fiorin (2016), argumentar visa persuadir, e como já destacado, para Abreu (2001) “argumentar é arte de convencer e persuadir” e “convencer é saber gerenciar informação” para mostrar e provar. De igual forma ocorre no editorial, no qual a revista ou jornal administra uma informação e esforçar-se para comprovar que tal informação é mais válida. Dessa forma, engaja-se na ordem do argumentar (KOCHE, BOFF & MARINELLO, 2014, p. 60).

O editorial segue a estrutura padrão dos textos com tipologia de base dissertativa-argumentativa, com título, situação-problema, discussão e solução-avaliação:

a) título: constitui-se de uma frase ou expressão que desperta a atenção do leitor; sintetizando o assunto discutido. b) Situação-problema: apresenta e contextualiza a questão a ser desenvolvida. Vale-se geralmente, de um tópico frasal expressivo para despertar o interesse do leitor. c) discussão: emprega argumentos para construir a opinião do jornal ou revista acerca da questão examinada. Solução-avaliação: responde à questão proposta, reafirma a posição assumida, sugere soluções para o problema ou sintetiza as ideias gerais do texto (KOCHE, BOFF & MARINELLO, 2014, p. 60).



É importante conhecermos essa estrutura, essa forma de como se organiza o discurso argumentativo no editorial, para podermos melhor compreendê-lo e interpretá-lo.

Diante desses conceitos, entendemos que no gênero editorial a argumentação se faz presente, envolvendo a posição do jornal a respeito de um fato, na defesa de interesses de outras entidades que estão em jogo e, tendo também como alvo os seus leitores. Assim, interpretamos que a modalização pode ser uma estratégia para construir o discurso argumentativo em editorial. Desse modo, nos atemos às compreensões sobre modalização no próximo tópico.

MODALIZAÇÃO

O estudo da Modalização vem sendo realizado desde os tempos antigos, com os estudos da lógica e, de acordo com Coracini (1991), os estudos se fundamentam em diferentes hipóteses como a sintática, semântica e pragmática. Atualmente, a modalização é tratada em diversas correntes como Linguística Enunciativa, Linguística Textual, Análise do Discurso, Interacionismo Sociodiscursivo. Neste tópico, tomaremos as noções de modalização a partir da Análise do Discurso e na perspectiva textual do Interacionismo Sociodiscursivo, com os estudos de Coracini (1991) e de Bronckart (2007), respectivamente, que assumem uma postura pragmática-enunciativa.

Coracini (1991) ao analisar a modalização no discurso científico, numa perspectiva pragmática, insere que a modalização, é, em princípio, “a expressão da subjetividade de um enunciador”, do seu ponto de vista, mas também de seus interesses, conforme o meio que está inserido. Porém, ao mesmo tempo que expressa a subjetividade do enunciador, serve também para expressar uma “convencionalidade”, um efeito de objetividade. Nas palavras da autora, a modalização “é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere” (CORACINI, 1991, p. 113).

Dessa forma, podemos inferir, de acordo com a estudiosa, que em todo texto e discurso, as modalizações podem revelar



a posição, a inserção do enunciador, de forma mais ou menos acentuada, inclusive nos gêneros do meio científico e jornalístico, que se utilizam de algumas formas linguísticas e tipos de modalizações, para criarem um efeito de objetividade no discurso, “uma postura de “neutralidade” e “imparcialidade”.

Coracini (1991, p. 120), ao assumir a posição de que as modalizações não podem ser analisadas separadas do contexto e situação discursiva, postula alguns pontos:

“Todo enunciado se acha inscrito no interior de um quadro enunciativo”, do qual precisamos partir dele, se desejamos descrever seu funcionamento alético, isto é, sua colocação como possível ou necessário, “verdadeiro” ou “falso”;

A modalização como forma de engajamento do sujeito-enunciador, é anterior, preexistente ao texto que resulta do discurso, ou seja, se dá antes mesmo da elaboração textual, configurando o que a autora chama de “modalização implícita”; É resultante disso a precedência da enunciação em relação às unidades linguísticas.

A modalização pode expressar a posição de quem enuncia, apresentando-se no texto de forma explícita com as marcas modais ou de forma implícita;

As modalizações (explícitas), por si só, não estabelecem a priori a opinião do sujeito-enunciador nem as possíveis interpretações, a presença ou ausência delas apenas direciona para uma possível interpretação do texto; e o último ponto o qual será dado ênfase ao longo desse trabalho é que:

As modalizações “constituem verdadeiras estratégias retórico-argumentativas”, ao passo que pressupõem uma intencionalidade discursiva, não podendo ser separadas do ato de fala em que estão introduzidas.

Quanto à essas colocações, podemos destacar, em primeiro lugar, que as modalizações ocorrem na forma implícita e explícita. Na forma implícita, é quando o enunciador não se utiliza de marcas modais tentando apagar, camuflar a origem enunciativa, para criar um efeito de objetividade e para convencer o enunciatário com as afirmações de caráter de verdade, de incontestabilidade dos enunciados, sem margem para dúvidas, artimanhas típicas do discurso

científico. Isso ocorre, por exemplo, quando no texto não se fala na 1ª pessoa, em que são enunciadas expressões como: foi verificada; a pesquisa apontou.

Já na forma explícita, conforme a autora, são as modalizações que sugerem mais marcadamente a posição do autor, em que lhe é permitido comparar, julgar, avaliar, sugerir, predizer, discutir, justificar suas colocações, e ainda fazer recomendações.

Com base em Coracini (1991), outros exemplos de modalização são: acentuada variação, se mostram eficientes, para avaliar um resultado; infelizmente, para avaliar um dizer; se deve provavelmente à; parece-nos que, para opinar sobre os fatos, engajando-se mais ou menos nos enunciados; esta discussão mostrou-se eficaz; poderá contribuir; serão necessários; precisa-melhor, para avaliar o texto e sugerir medidas; Note-se que, é interessante notar que; nós mostramos que, para chamar a atenção do interlocutor deve ser preferencial; pode ser feito; deve ser proibida, para fazer recomendações ao interlocutor.

Como visto, as modalizações, como artimanhas enunciativas, funcionam como estratégias argumentativas no discurso, em que o enunciador as vezes se oculta, através de algumas formas linguísticas, para camuflar sua posição e expressar um efeito de objetividade, impessoalidade e imparcialidade (modalizações implícitas); e muitas vezes por formas mais explícitas, ainda que defendendo um discurso “objetivo”, transparece mais seu posicionamento e interesses, utilizando-se de modalizações que avaliam, julgam, apreciam, sugerem, para atrair e convencer o enunciatário, revelando sua subjetividade.

Essas modalizações discutidas por Coracini (1991) podem ser nomeadas de modo diferente por outros autores. Bronckart (2007), por exemplo, ao analisar os processos de constituição de textos em francês e as operações de linguagem envolvidas, numa perspectiva interacionista sociodiscursiva, defende que na organização de um texto, um dos elementos envolvidos são os mecanismos enunciativos, que neles se inserem as modalizações.

Para Bronckart (2007, p. 330), as modalizações têm como objetivo principal realizar, a partir de qualquer voz enunciativa, comentários ou avaliações formuladas a respeito de alguns componentes do conteúdo temático, isto é, de algum assunto





discutido. Segundo o autor, elas contribuem para manter a coerência pragmática ou interativa do texto e orientam o destinatário na interpretação desse conteúdo. Em meio às diversas propostas desde a Antiguidade grega, Bronckart (2007) inspira-se na teoria dos três mundos de Habermas (1987, apud Bronckart, 2007) e destaca quatro tipos de modalizações: lógicas, deônticas, apreciativas e pragmáticas.

As modalizações lógicas, segundo Bronckart (2007), são tidas como uma avaliação do conteúdo, que se sustentam em conhecimentos que definem o mundo objetivo. Expressam valor de verdade às proposições enunciadas, apresentadas como atestadas, certas, possíveis, prováveis, eventuais, necessárias, etc. Nessas modalizações, conforme o autor, são incluídas as modalizações que por outros autores são chamadas de aléticas e epistêmicas:

As modalizações lógicas agrupam de um lado, as funções às vezes chamadas de aléticas, que se referem diretamente à verdade das proposições enunciadas (expressão do seu caráter necessário, possível, contingente, etc.) e, de outro, as funções chamadas às vezes de epistêmicas, que se referem às condições de estabelecimento de verdade das proposições (expressão de seu caráter não decidido, verificado, contestado, etc.) (BRONCKART, 2007, p. 330, grifos do autor).

43

Podemos observar modalizações lógicas no seguinte exemplo: Maria pensava que o seu filho, com o dinheiro que lhe foi dado, compraria talvez muitas roupas. No entanto, é evidente que ele gastou o dinheiro com outras coisas. Outras formas são: é indiscutível; realmente, certamente; necessariamente.

Já as modalizações deônticas, conforme Bronckart (2007, p. 331), referem-se à avaliação dos enunciados à luz dos valores sociais, das opiniões, das regras do mundo social, estabelecidos como socialmente permitido, obrigatório, necessário, proibido. Exemplificando: É necessário sempre higienizar as mãos nesse período. Outras formas são: é preciso que; é indispensável; nunca podemos; deve-se; temos que.

No que concerne às modalizações apreciativas, segundo o autor, essas apresentam julgamentos procedentes do mundo subjetivo, apresentando fatos enunciados como bons, maus, felizes,

estranhos, do ponto de vista daquele que enuncia. Pinto (1994), chama essas modalizações de axiológicas, que segundo o autor, apontam juízos intelectuais e afetivos. Exemplificando: Infelizmente, a universidade fechou por conta da pandemia. Ai de nós se não fosse as aulas remotas. Outras formas: felizmente, por sorte.



E por último, as modalizações pragmáticas, ajudam na explicitação de elementos da responsabilidade de uma instância presente no conteúdo temático. E nessas instâncias são atribuídas intenções, razões, causas, responsabilidades e até mesmo capacidades de ação. Podemos ilustrar essas modalizações no seguinte enunciado: Maria ficou muito feliz com a notícia e quis abraçar sua mãe, porém, não pôde abraçá-la, pois tinha que se manter em isolamento. Outras formas são: pretendeu-se; achava que devia;

Bronckart (2007) enfatiza que as marcações das modalizações são realizadas por unidades e estruturas variadas, podendo ser reagrupadas em subconjuntos de: a) tempos verbais do modo condicional, no português, especialmente as formas do futuro do pretérito; b) auxiliares de modo (metaverbos), que agrupa as quatro formas querer, dever, ser necessário e poder. Acrescentando-se também um conjunto de verbos que, por seu valor semântico próprio, as vezes podem agir como auxiliares de modo, tais como: crer, gostar de, ser obrigado a; c) advérbios e locuções adverbiais: certamente, talvez, felizmente; e d) e orações impessoais que comandam uma oração subordinada completiva: é provável que; e orações adverbiais: sem dúvida que.

Nesse sentido, o autor destaca que modalizações lógicas e deônticas podem ser traduzidas por um ou outro desses quatro subconjuntos. Porém, as apreciativas, parecem ser marcadas, preferencialmente, por advérbios ou orações adverbiais e as pragmáticas, pelos auxiliares de modo, em sua forma estrita ou ampliada.

Ademais, Bronckart (2007), nos esclarece que enquanto alguns textos estão cheios de marcas de modalizações, em outros, essas marcas são menos presentes. Essa diferença, segundo o autor, parece está ligada ao gênero a que o texto pertence, pois enquanto alguns objetivam principalmente, informar ou narrar, por exemplo, outros buscam opinar, avaliar, persuadir.



Diante dessas conceituações de modalizações, elencamos as seguintes interpretações:

As modalizações, em princípio, expressam a subjetividade do enunciador, mas também podem expressar efeito de objetividade. Ocorrem de forma implícita e explícita, e podem ser classificadas como lógicas, deônticas, apreciativas e pragmáticas;

Com o uso de modalizações, o enunciador avalia, aprecia, critica, evidencia, explica, constata, contradiz fatos, se aproxima, se afasta de enunciados, defende, sugere e impõe pensamentos e ideias, sempre pensando naquele (s) para quem direciona a fala.

As modalizações, como artimanhas enunciativas, funcionam como estratégias argumentativas, ajudando a construir um discurso argumentativo, uma vez que por meio delas o enunciador se insere dentro do enunciado, de forma mais ou menos acentuada, para defender sua posição, seus interesses, de forma a persuadir o enunciatário.

A forma como o enunciador se utiliza de modalizações, mas marcadamente ou não, depende também das convenções do gênero textual.

Portanto, a partir dessas noções é que nos propomos analisar apenas as modalizações lógicas, deônticas e apreciativas no discurso argumentativo em editorial, por serem as mais frequentes no corpus selecionado.

METODOLOGIA

A presente investigação objetiva analisar o uso de modalizações lógicas, deônticas e apreciativas no discurso argumentativo de editorial. Para isso, selecionamos como corpus o editorial Justiça Conveniente do Jornal Folha de S. Paulo, publicado em 13 de Julho de 2020, disponível em forma digital na sessão opinião do site do jornal. Para o desenvolvimento desse estudo, recorreremos à pesquisa bibliográfica e método de análise interpretativista, numa abordagem qualitativa.

A pesquisa bibliográfica, segundo Prestes (2012, p. 20), é o tipo de pesquisa “que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material

gráfico, sonoro ou informatizado”. Assim, essa pesquisa deu auxílio tanto para realizar o levantamento teórico, como para coletar o corpus de análise. Já a pesquisa interpretativista de abordagem qualitativa, conforme Moita Lopes (1994), está relacionada com a compreensão que o pesquisador tem do objeto análise, o que se leva a entender que as teorias a respeito da realidade são sempre formas de dar sentido ao mundo de forma intersubjetiva, ou seja, a interpretação final passa pelo crivo do pesquisador.



A escolha do Jornal Folha de S. Paulo, deu-se por ser um dos jornais brasileiros de maior circulação no país, sendo muito atuante na indústria das comunicações, e, portanto, de importância para sociedade brasileira. Já a escolha do texto deu-se apenas pelo critério de atualidade.

Desse nodo, no editorial Justiça Conveniente a ser analisado, visamos identificar as modalizações presentes e saber que funções, que sentidos produzem, associando com a situação discursiva-enunciativa em que se inserem. Com esse estudo, propomo-nos, ainda, interpretar o uso de modalização como estratégia para a construção do discurso argumentativo de editorial.

Para análise, recortamos cinco excertos do texto em questão, sendo que cada um engloba dois parágrafos respectivos do editorial. Antes da análise dos excertos, realizamos uma breve apresentação do contexto e da situação discursiva que se insere o editorial.

A MODALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ARGUMENTATIVO DO GÊNERO EDITORIAL

Como vimos a partir das lentes da AD, principalmente, a argumentação é uma construção discursiva, linguística e interativa, com o finco de persuasão (AMOSSY, 2016; CHARAUDEAU, 2016; FIORIN, 2016). Ela resulta de um processo enunciativo, em que envolve o sujeito-enunciador que argumenta, o sujeito-enunciatário para quem se argumenta e a própria argumentação ou discurso. Desse modo, para interpretarmos as

modalizações no discurso argumentativo do editorial selecionado, se faz necessário conhecermos antes a situação



discursiva em que se insere tal discurso. Como afirma Coracini (1991, p.120), as modalizações não podem ser separadas do ato de fala em que estão introduzidas.

Assim posto, no editorial Justiça Conveniente pertencente ao Jornal Folha de S. Paulo, publicado em 13 de Julho de 2020, podemos dizer de modo restrito que o sujeito-enunciador é a própria Folha, uma vez que nesse gênero não se assina nomes. O sujeito-enunciatário é o público leitor, seus assinantes e a argumentação/discurso do editorial é a tese, a posição crítica, contrária do jornal em relação algumas decisões do presidente do Superior Tribunal de Justiça, João Otávio de Noronha, que segundo a Folha, se mostram incoerentes, sendo uma delas a concessão de prisão domiciliar a Fabrício Queiroz e especialmente a sua mulher, Marcia Aguiar.

Nesse sentido, iremos contextualizar sucintamente sobre esses elementos. O Jornal Folha de S. Paulo, também chamado como Folha, é um jornal brasileiro editado na cidade de São Paulo e jornal de maior circulação do Brasil, com 332.415 exemplares (incluindo assinantes digitais), segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), em março de 2019. Fundada em 1921, a Folha atualmente realiza uma série de atividades na esfera da indústria das comunicações, abrangendo jornais, banco de dados, instituto de pesquisas de opinião e de mercado como o Datafolha, agência de notícias, serviço de informação e entretenimento em tempo real, gráfica de revistas e empresa transportadora.

A partir do editorial em análise, e a partir de outros lidos, como também em notícias, evidencia-se que a Folha, assume uma posição, um discurso, notadamente, contrário ao discurso do governo Bolsonaro, ao fazer diversas críticas, como é de praxe do jornalismo e da mídia questionar, investigar, criticar políticos, ou governo que está em vigor. Como dissemos, o editorial Justiça Conveniente faz críticas ao Juiz João Otávio de Noronha que, segundo o jornal, esse se mostra incoerente e pretensioso ao conceder prisão domiciliar a Fabrício Queiroz e a Marcia Aguiar, a partir da orientação Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que sugere a reavaliação de prisões provisórias e preventivas, principalmente se tratando de detentos que integram grupos mais vulneráveis a Covid-19, idosos, gestantes e doentes crônicos, entre outros, e negar a concessão para outros presos.



Com o texto, iremos perceber que sujeito-enunciador faz críticas diretas à Noronha, isto é, o discurso de Noronha é o referente principal. No entanto, pode-se aludir que se faz, de forma indireta, críticas ao governo e família Bolsonaro. Essa alusão se confirma na medida em que sabemos que Fabrício Queiroz é um policial militar ex-assessor parlamentar de Flávio Bolsonaro, filho do Presidente Jair Bolsonaro, senador do Rio de Janeiro e deputado estadual, e que Queiroz é investigado, desde 2018, por suspeitas de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio, devido à movimentações bancárias em sua conta incompatíveis com sua remuneração, ele e Márcia Aguiar, sua mulher, chegaram a ficar foragidos. Flávio Bolsonaro, nesses termos, também é alvo de investigação.

Quanto à Noronha, a Folha aponta que as suas decisões relacionadas à Queiroz e a sua mulher são convenientes com interesses pessoais, uma vez que elas sugerem o agrado e o resguardo da família Bolsonaro, em troca de favores, como uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

Diante desse cenário a Folha constrói o editorial seguindo uma estrutura dissertativa-argumentativa (KOCHE, BOFF & MARINELLO, 2014, p. 60), com o título: Justiça Conveniente; um tópico frasal como subtítulo: presidente do STJ deixa coerência de lado ao beneficiar Queiroz e mulher foragida; e seu desenvolvimento, com tese, discussão e conclusão a partir de seus dez parágrafos. Sabendo, pois, dessas questões, podemos passar a analisar as modalizações.

48

Excerto 1

- (1) **Ao conceder** prisão domiciliar a Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), e em especial a sua mulher, Márcia Aguiar, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, João Otávio de Noronha, **expõe-se** a justificada onda de críticas sobre a falta de coerência em suas decisões.
- (2) Em relação a Queiroz, o magistrado **respaldou-se** na legislação e em orientação de março do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que **sugere** a reavaliação de prisões provisórias e preventivas, sobretudo em se tratando de detentos que integram grupos mais vulneráveis a Covid-19, idosos, gestantes e doentes crônicos, entre outros.



Esse primeiro excerto corresponde ao primeiro e segundo parágrafo do texto, em que o sujeito-enunciador apresenta sua tese em (1) e começa a desenvolvê-la em (2). Notamos que, logo no início do texto, para apresentar sua tese em (1), o enunciador faz uso de modalizações mais implícitas, aludidas pelas formas verbais em 3ª pessoa, como ao conceder; expõe-se, com o intuito de se camuflar no enunciado, e criar um efeito de objetividade, verdade, incontestabilidade dos enunciados, não deixar margem para dúvidas (CORACINI, 1991, p. 120). Na medida em que insere Ao conceder prisão domiciliar a Fabrício Queiroz (...) João Otávio de Noronha, expõe-se a justificada onda de crítica (...), o sujeito-enunciador narra o fato, o acontecimento de causa e consequência, assim, sem se projetar dentro do enunciado, “parece que os fatos narram a si mesmo (...) tem-se a impressão de que o fato é contado da maneira que é” (FIORIN, 2016, p. 15). Essa forma modalizadora de narrar o acontecimento pode ser vista também em (2) com o magistrado respaldou-se na legislação e orientação (...) que sugere a reavaliação (...) para informar em que medida jurídica Noronha se baseou. Além do mais, em todo o texto se utiliza de 3ª pessoa para criar esse efeito de objetividade, impessoalidade, mesmo sendo um texto opinativo, para seguir essa convencionalidade típica do discurso científico/jornalístico exigida no gênero editorial. Ademais, essas modalizações se caracterizam como lógicas, uma vez que se sustentam em conhecimentos que definem o mundo objetivo e expressam valor de verdade as proposições, apresentadas como certas, provadas com os fatos (BRONCKART, 2007).

Excerto 2

(3) Nesse caso, **pode-se considerar que** Noronha **agiu de maneira sensata**, em que pesem as **circunstâncias espinhosas** - um suspeito de desvio de recursos públicos, que estava desaparecido até ter sido descoberto e preso em Atibaia (SP), numa propriedade do advogado Frederick Wassef, até então defensor de Jair e Flávio Bolsonaro.
(4) **Tal sensatez**, contudo, não se observou em episódios pregressos, quando o presidente do tribunal negou o benefício a outros detentos expostos aos riscos da doença.



Esse segundo excerto corresponde ao terceiro e quarto parágrafo do texto, em que o sujeito-enunciador começa a se posicionar mais explicitamente, revelando mais ainda a sua subjetividade (CORACINI, 1991), ao fazer comentários, avaliações sobre a decisão de Noronha conceder a prisão domiciliar a Queiroz, pautado na legislação e em orientação do CNJ, exposto no parágrafo anterior. Em (3) podemos observar que primeira marcação pode-se considerar que, é uma modalização lógica (BRONCKART, 2017), usada para dar ideia de possibilidade, possibilidade de que Noronha agiu de maneira sensata. Diante do fato de Noronha ter seguido a Legislação para soltar Queiroz, a avaliação de que agiu de modo sensata deveria ser uma conclusão, uma constatação. O enunciador poderia afirmar pode-se concluir que, pode-se verificar que, no entanto, preferiu a forma considerar para causar dúvida, incerteza de que Noronha agiu sensatamente, na medida em que Queiroz se encontra em circunstâncias espinhosas. Já a segunda marcação, agiu de maneira sensata, se configura como modalização lógica, ao passo que faz uma evidenciação, mas também como modalização apreciativa, em que o sujeito-enunciador faz julgamentos pertencente ao mundo subjetivo, isto é, a partir do seu ponto de vista como afirma Bronckart (2007). Aquele que argumenta faz uma avaliação relativamente positiva quanto à ação de Noronha ao considerá-la como sensata.

E, já a terceira e quarta marcações, em (3) circunstâncias espinhosas; em (4) Tal sensatez, também são modalizações apreciativas. No primeiro caso, faz-se apreciação negativa quanto às circunstâncias em que se inserem a decisão sobre o caso que Noronha julgou. E, no segundo caso, ao utilizar tal passa-se o sentido de ironia, em que o sujeito-enunciador irá colocar seu contra-argumento, afirmando que tal sensatez, não se observou em episódios posteriores, quando o magistrado negou o benefício a outros detentos. As modalizações apreciativas são muito presentes no texto como veremos no próximo excerto.

Excerto 3



(5) Quanto à mulher de Queiroz, todavia, justificar a medida constitui uma **tarefa inglória**. Se não inédita, a opção por favorecer uma pessoa que se encontrava foragida **é no mínimo inusual e aberrante**.

(6) Não se sustentam, na lei ou no bom senso, os argumentos utilizados por Noronha sobre a necessidade de a esposa prestar assistência ao marido, portador de problemas de saúde. Ele **poderia** e **pode ter** acesso a profissionais da Área para os cuidados necessários.

51

O terceiro excerto é composto pelo quinto e sexto parágrafo do texto, que criticam a medida de concessão de prisão domiciliar à mulher de Queiroz. Em (5) o sujeito enunciador ao utilizar as marcações tarefa inglória; Se não inédita; é no mínimo inusual e aberrante, utiliza-se de modalizações apreciativas, em vista que, segundo Bronckart (2007), nessas modalizações, julga-se os fatos como bons, maus, felizes, estranhos, no ponto de vista daquele que enuncia. Nesse caso, as adjetivações aí aludem a medida como ruim, estranha, absurda, tais julgamentos são justificados no parágrafo posterior, com a ajuda de outras formas de modalização.

No sexto parágrafo (6), as formas verbais poderia e pode ter são modalizações lógicas que, segundo Bronckart (2007), expressam valor de verdade às proposições enunciadas, apresentadas como atestadas, certas, possíveis, prováveis, eventuais, necessárias, etc. Nesse caso o sujeito-enunciador utiliza essas modalizações para contra-argumentar os argumentos utilizados por Noronha para conceder prisão domiciliar a Mulher de Queiroz. O verbo poder indica aquilo que é possível, assim, as formas verbais poderia e pode ter provam que os argumentos utilizados pelo Juiz sobre a necessidade de Marcia Aguiar prestar assistência, ao seu marido, portador de problemas de saúde, “não se sustentam na lei, ou no bom senso”, uma vez que ele (Noronha) tinha e tem a possibilidade de obter acesso a profissionais da Área para os cuidados necessários. Abreu (2001) afirma que argumentar “é arte de convencer e persuadir” e convencer é saber administrar informações, nesse sentido o sujeito-enunciador traz para dentro do seu discurso essa

informação de que Noronha teria a possibilidade de acesso assistência de saúde, que embora esteja implícito, interpretamos que tal acesso seja garantido por lei, e esse conhecimento de algum modo adquirido e trazido pelo argumentante enriquece a argumentação.



Excerto 4

(7) **É inescapável constatar** que as deliberações representam considerável alívio para o presidente da República, que já definiu suas relações com o presidente do STJ “como amor a primeira vista”.
 (8) Além disso, Noronha **é notoriamente** apontado como candidato a uma vaga no Supremo Tribunal Federal, que será aberta com a aposentadoria compulsória do decano Celso de Mello em novembro ao que não contribui para sua credibilidade nesse episódio.

Esse quarto excerto corresponde ao sétimo e oitavo parágrafos do texto, que apontam a ligação entre as medidas de Noronha e o Presidente da República. Em (7) a modalização lógica **É inescapável constatar**, é utilizada para que o enunciário constata, conclua, não tenha dúvidas que as deliberações de Noronha em relação a Queiroz e sua mulher, muito alivia o Presidente da República, ou seja, esse se sente protegido de investigações que envolva ele e sua família, pois como já dito, Queiroz era ex-assessor parlamentar de Flávio Bolsonaro, filho do Presidente Jair Bolsonaro, e há hipóteses que Flávio esteja envolvido nos crimes de lavagem de dinheiro nos quais Queiroz é investigado. Ademais, essa constatação se comprova, com as próprias palavras do Presidente da República, trazidas pelo sujeito-enunciador.

Ademais, em (8) traz-se mais um argumento para apontar que as deliberações de Noronha têm um jogo de interesses por traz. Ou seja, ao utilizar a modalização lógica **é notoriamente**, o sujeito-enunciador atribui um valor de certeza ao enunciado (Bronckart, 2007) e também um valor de ênfase, enfatizar que Noronha é visivelmente, é claramente, e é verdadeiramente apontado como candidato a uma vaga no Supremo Tribunal Federal, vaga essa que pode ser conquistada com a ajuda do Presidente da República.

Excerto 5



(9) Esta Folha defende de longa data que as penas de privação de liberdade em estabelecimentos prisionais **deveriam ser** reservadas à aqueles que cometem crimes violentos e representam perigo para a sociedade. Em casos de menor periculosidade, **seriam preferíveis** penas alternativas, **desde que** rigorosas o bastante para efeitos de dissuasão.

(10) Trata-se de uma posição filosófica que está longe, diga-se, de ser contemplada pelo ordenamento jurídico em vigor. No atual contexto, **deve-se esperar** ao menos que magistrados e tribunais **atuem** de modo mais coerente, racional e humano - o que, **deploravelmente**, não se observa mesmo com os riscos decorrentes da Covid-19.

53

Esse quinto e último excerto corresponde aos dois últimos parágrafos conclusivos do editorial, que apresentam a solução-avaliação (KOCHE, BOFF & MARINELLO, 2014, p.60). Nesses parágrafos, o sujeito-enunciador utiliza, majoritariamente, modalizações deônticas, que segundo Bronckart (2007), referem-se à avaliação dos enunciados à luz dos valores sociais, das opiniões, das regras do mundo social, estabelecidos como socialmente permitido, obrigatório, necessário, proibido. Desse modo, para defender a posição do jornal diante das medidas de Noronha e para propor soluções em relação as medidas de penas de privação de liberdade e atuação dos magistrados, o sujeito-enunciador utiliza modalizações deônticas no sentido de obrigatoriedade, de necessidade, que está no âmbito do dever, do necessário, como forma impositiva. Essas modalizações podem ser vistas com as locuções verbais *deveriam ser* em (9) *deve-se esperar* em (10) e também pelo verbo que está na forma imperativa *atuem* em (10).

É importante observamos que, ao passo que a modalizações *deveria ser* e *atuem* estão voltadas apenas para os referentes, a modalização *deve-se esperar*, vinda após no atual contexto, embora direcionada para os magistrados e tribunais, parece que é também uma forma de incluir o enunciatário dentro do enunciado, ou seja, de entendermos que no atual contexto - contexto social que estamos inseridos – *deve-se esperar* – ou nós esperamos ou é esperado por nós – ao menos que magistrados e tribunais *atuem* (...). Isso revela a condição

interativa da argumentação, em que “o locutor leva em conta o alocutário, sobre quem quer agir”, como defende Amossy (2011, p. 133).

Podemos observar que o sujeito que enuncia para construir sua argumentação em (9) também utiliza modalização deôntica que está mais no sentido de permissividade, com seriam preferíveis penas alternativas, que sem muito alterar o sentido poderia ser trocada por seriam permitidas, porém apresenta-se, em seguida, uma modalização deôntica que está no sentido de condicionalidade com desde que rigorosas, que atribuem um valor de obrigatoriedade, de ordem para todo o enunciando. Isto é, alude a interpretação que seriam permitidas penas alternativas, mas é preciso, é obrigatório que sejam rigorosas o suficiente para efeitos de dissuasão, o que não ocorre com as decisões de Noronha como o sujeito-enunciador sugere.

E como última modalização a ser destacada, destacamos a modalização apreciativa (BRONCKART, 2007, p. 332), deploravelmente em (10), em que o sujeito enunciador utiliza para avaliar como deplorável ou infeliz a constatação de que não se observa que os magistrados e tribunais estão atuando de modo coerente, racional e humano, mesmo com os riscos decorrentes da Covid-19.

Portanto, em síntese, vimos que o sujeito-enunciador se utiliza de modalizações lógicas, para criar efeito de objetividade e de verdade aos enunciados, de modo a fazer narrações, evidenciações, constatações; de modalizações apreciativas, para fazer julgamentos, principalmente negativos, contra às ações e discurso daquele o qual combate e de modalizações deônticas para defender a posição da revista e para propor, impor, sugerir medidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do seguinte questionamento: de que forma o uso de modalização contribui para a construção do discurso argumentativo no gênero editorial? Neste estudo, propusemo-nos analisar o uso de modalizações lógicas, deônticas e apreciativas no discurso argumentativo de editorial. Para isso, utilizamos como corpus o editorial Justiça Conveniente, do Jornal Folha de S. Paulo.





Nele visou-se identificar as modalizações presentes e saber que funções e sentidos produzem, de modo a associá-las com a situação discursiva-enunciativa na qual se inserem. E com esse estudo propusemo-nos, ainda, interpretar o uso de modalização como estratégia para a construção do discurso argumentativo de editorial.

Como resultados, primeiramente, pudemos verificar que o sujeito-enunciador para apresentar sua tese, e sustentar seus argumentos se utiliza logo no início e no decorrer do texto de modalizações lógicas. As modalizações lógicas fazem avaliações do conteúdo que se sustentam em conhecimentos que definem o mundo objetivo e expressam valor de verdade as proposições, apresentadas como atestadas, certas, possíveis, prováveis, eventuais, necessárias. Essas modalizações no texto se realizam principalmente por formas verbais e adverbiais que narram, evidenciam os fatos ou fazem constatações, conclusões. Ao utilizá-las em 3ª pessoa, principalmente com as marcações verbais ao conceder; expõe-se; respaldou-se; sugere encontradas no texto, parece que aquele que argumenta busca fazer avaliações mais implicitamente, narrando os fatos, tentando camuflar-se no texto, para criar um efeito de objetividade, impessoalidade e expressar valor de verdade, incontestabilidade dos enunciados, o que é convencional no discurso científico e jornalístico, e requerido no editorial, mesmo este tendo caráter opinativo. Apresentam-se, ainda, as modalizações lógicas no sentido de possibilidade, para gerar dúvida: pode-se considerar; no sentido do que é realmente possível: poderia e pode ter; para evidenciar e enfatizar: é notoriamente e para constatar, concluir: é inescapável constatar.

Em segundo lugar, percebemos que de forma intercalada com as modalizações lógicas, o sujeito-enunciador faz uso de modalizações apreciativas tais como, circunstâncias espinhosas; Tal sensatez; tarefa inglória; Se não inédita; é no mínimo inusual e aberrante; deploravelmente, para fazer julgamentos de ações e situações como negativas ou positivas, nesse texto, as adjetivações são em maioria negativas e até mesmo sugerem ironia como no caso de tal sensatez, são inseridas para desqualificar as ações, o discurso daquele a quem se é contrário, para distanciar-se. Vale enfatizar que há marcação com dupla função modalizadora como em agiu

de maneira sensata, que pode ser considerada lógica de evidenciação e também como apreciativa.

Em terceiro lugar, nota-se que o sujeito-enunciador para apresentar a conclusão do texto, isto é, apresentar avaliação do problema, ratificar a posição do jornal e para propor soluções, sugerir medidas, ele se utiliza das modalizações deônticas de obrigatoriedade: deveriam ser, atuem: de permissividade: seriam preferíveis e de condicionalidade: desde que.

E um quarto ponto que merece destaque, é que o argumentante ainda se utiliza de modalização como forma de incluir o enunciatário para dentro do enunciado, como é no caso de deve-se esperar, que alude um “nós”, o que revela a condição interativa da argumentação como defende Amossy (2011).

Diante dessas pontuações, podemos concluir que:

As modalizações, em princípio, expressam a subjetividade do enunciador, mas também podem expressar efeito de objetividade. Ocorrem de forma mais implícita ou explícita.

Com o uso de modalizações, o sujeito-enunciador avalia, aprecia, critica, evidencia, explica, constata, contradiz fatos, se aproxima, se afasta de enunciados, defende, sugere e impõe pensamentos e ideias, sempre pensando naquele (s) para quem direciona a fala.

Há marcações que podem assumir mais de uma forma e função modalizadora;

A forma como o enunciador se utiliza de modalizações, mas marcadamente ou não, depende também das convenções do gênero textual.

Portanto, este estudo nos mostra que as modalizações, como construções enunciativas, linguístico-discursivas, funcionam como verdadeiras estratégias argumentativas no gênero editorial, ajudando, portanto, a construir um discurso argumentativo, uma vez que por meio delas o sujeito-enunciador se insere dentro do enunciado, de forma mais ou menos acentuada, para defender sua posição, seus interesses, de forma a persuadir o sujeito-enunciatário.





REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suarez. A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê, 2001.

ARBEX JÚNIOR, A Editorial. In: MELO, José Marques de (org.). Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo. São Paulo: FTD, 1992.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.1, p. 129-144, nov. 2011.

BRONCKART, J-P. Atividade de linguagem, textos e discurso: por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 2007.

CARVALHO, Pietra. "Rachadinha", relação com família e prisão: entenda o caso Queiroz. CNN Brasil, São Paulo, 19 jun 2020.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/amp/politica/2020/06/19/rachadinha-relacao-com-familia-bolsonaro-e-prisao-entenda-o-caso-queiroz>. Acesso 08 set 2020.

57

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. Coord. Da trad. CORREA, Ângela M. S.; MACHADO, Ida Lúcia. São Paulo: Contexto, 2016.

COM crescimento digital, Folha lidera circulação total entre jornais brasileiros. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21 abr. 2019.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/com-crescimento-digital-folha-lidera-circulacao-total-entre-jornais-brasileiros.shtml>. Acesso em 20 jul. 2020.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência. -1. ed. São Paulo: Educ: Campinas, SP: Pontes, 1991.

FIORIN, José Luís. Argumentação. 1 Ed. São Paulo: Contexto, 2016.

JUSTIÇA conveniente. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 jul. 2020.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/07/justica-conveniente.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2020.

KOCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. Leitura e produção textual: Gêneros textuais do argumentar e do expor. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PEREIRA, R. M. F; ROCHA, T. F. Discurso Midiático: análise retórico-jornalística do gênero editorial. 2006. 93 f. (Monografia)-Universidade Federal de Alagoas Maceió, 2006.

Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-rosemary-rocha-thais-discurso-midiatico.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MODALIZAÇÃO E
ARGUMENTAÇÃO: A
MODALIZAÇÃO COMO...
Afluente, UFMA/CCEL, v.7, n.21,
p. 05-18, jul./dez. 2022
ISSN 2525-3441

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado de argumentação. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1999.

PRESTES, M. L. M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 4 ed. São Paulo: Rêspel, 2012.



Recebido em 15 de abril de 2021.

Aprovado em 22 de maio de 2022.